

**Joaquim Machado ° Maria de Lurdes Henriques ° Maria Teresa Saraiva**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal

joaquim.machado@antt.dgarq.gov.pt ° mlhenriques50@gmail.com ° teresa.saraiva@antt.dgarq.gov.pt

## **Os Arquivos de S. Tomé e do Príncipe: um património a preservar**

A comunicação apresenta:

- A experiência de uma missão realizada ao Príncipe, tendo como objectivo a criação do Arquivo Histórico da Região do Príncipe;
- As condições dos Arquivos em S. Tomé e no Príncipe: estado de conservação e tratamento intelectual: identificação e descrição;
- Principais Fundos documentais existentes, nomeadamente os da Administração Colonial Portuguesa e os das Roças, cuja importância, nunca é demais realçar;
- Carências fundamentais nesta área: edifícios de arquivos adequados e formação técnica em arquivos.

Palavras-chave: arquivos, património material, património imaterial, património arquivístico comum, memória, história, Língua Portuguesa, roças, sustentabilidade, recursos humanos, formação

This lecture presents:

- The experience of a mission carried out in Príncipe, with the objective of creating the Historical Archive of the region of Príncipe (Arquivo Histórico da Região do Príncipe);
- The conditions of the archives of both S. Tomé and Príncipe: state of conservation and intellectual treatment (identification and description);
- The essential needs in this field: adequate buildings for the installation of archives and personnel with the appropriate technical training.

Os Arquivos constituem um património único e insubstituível transmitido de geração em geração. (...) Os Arquivos são fontes fiáveis de informação para uma governação responsável e transparente. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e colectiva (...)

Declaração Universal sobre os Arquivos, aprovada na 36ª Conferência Geral da Unesco, Novembro de 2011.

Os autores desta comunicação, enquanto elementos constituintes da Missão realizada ao Príncipe, em Outubro e Novembro de 2010, propõem-se partilhar a sua experiência, e colaborar num debate interdisciplinar, que contribuir para um desenvolvimento sustentável em S. Tomé e Príncipe.

A missão referida visava dar continuidade às duas anteriores missões realizadas em 2006, com o objetivo de contribuir para a **criação e instalação do Arquivo Histórico da Região do Príncipe**.

Levava como funções:

Analisar com o Governo Regional do Príncipe, a problemática relacionada com o edifício necessário à instalação do futuro Arquivo Histórico da Região do Príncipe;

Verificar as condições em que se encontrava a documentação tratada pelas anteriores missões;

Proceder, dentro dos condicionalismos locais, à recolha e tratamento da documentação dispersa pelas Roças e, se possível, concluir o trabalho de identificação da documentação da Administração Colonial Portuguesa, iniciado pelas anteriores missões.

## **Atividades desenvolvidas**

### **Contactos Institucionais**

O primeiro contacto efectuado localmente foi com o Governo Regional do Príncipe, representado pela Secretária do Governo para a Educação, Cultura e Assuntos Sociais, que nos transmitiu o empenho do Governo, na criação do Arquivo Histórico da Região do Príncipe, como forma de garantir o acesso e divulgação do património documental existente, para o que nos garantiu como apoio logístico a afectação de 4 funcionários a tempo inteiro, um jeep e respectivo motorista para as deslocações às Roças.

Foi-nos apresentado o problema relativo ao edifício necessário à instalação do Arquivo Histórico da Região do Príncipe, porquanto o projecto arquitectónico realizado para a recuperação do edifício da antiga cadeia colonial, e destinado a Centro Cultural, onde o GRP pretendia instalar o Arquivo Histórico, sofreu alterações em

relação ao projecto inicial, não tendo sido contemplado o espaço necessário para o Arquivo.

Quando o Centro Cultural foi inaugurado, em Julho de 2010, foi transferida a documentação tratada pelas anteriores missões, que se encontrava provisoriamente depositada numa sala do Palácio do Governo, tendo lotado a única sala disponível, inviabilizando a hipótese de ali se instalar o futuro Arquivo Histórico da Região do Príncipe, por falta de espaços necessários para novas incorporações, para consulta/leitura e de uma sala de trabalho para os funcionários.

Face a esta situação, o GRP propôs-nos, como solução provisória, depositar os Arquivos das Roças, que conseguíssemos recolher, no edifício dos escritórios da Roça Sundy, propriedade do Governo e à data desativados. Foi-nos solicitado, ainda que procurássemos identificar um ou mais edifícios, na Cidade de Santo António, que reunissem condições para o futuro Arquivo, ainda que sujeitos a obras de recuperação/adaptação.

### **Visitas de reconhecimento às Roças**

Foram efetuadas visitas de reconhecimento às Roças Sundy, Belo Monte e Porto Real, as únicas que poderiam possuir documentação, tendo-se registado o seguinte:

- Roça Sundy – A documentação encontrava-se depositada num anexo ao edifício dos escritórios da Roça, muito degradado, com uma parede em ruínas, devido a infiltrações

Não foi possível avaliar de imediato a quantidade de documentação, devido ao estado compactado e à sujidade que a envolvia. Só à medida que a documentação ia sendo retirada se ia fazendo a sua avaliação e selecção. O trabalho de higienização foi muito grande.

- Roça Belo Monte – deslocámo-nos a esta Roça, para certificar se ali existiria alguma documentação

Da visita à Casa Principal, em avançado estado de degradação e do contacto com os habitantes da Roça, não se destetaram vestígios de documentação.

- Roça Porto Real – Da visita ao local confirmou-se a existência de documentação no sótão da Casa Principal em avançado estado de ruínas,

Parte da documentação, encontrava-se no chão, em avançado estado de degradação, pelo que teve de ser destruída.

- Retirar, o que restava do arquivo, num sótão em ruínas, era tarefa que apresentava riscos, uma vez que as escadas de acesso tinham sido destruídas

Não foi possível avaliar a quantidade de documentação que ali se encontrava nem o seu estado de conservação/degradação.

## Definição de uma estratégia de trabalho

Com base no reconhecimento feito, optou-se por iniciar o trabalho na Roça Sundy, por ser o local que oferecia, de imediato, condições mínimas de trabalho. Entretanto, foi definida uma estratégia de intervenção para a Roça Porto Real, e procuraram-se os meios logísticos que permitiriam retirar em segurança, o que restava do Arquivo.

### Roça Sundy

Para uma mais fácil percepção do valor informativo da documentação das Roças, parece-nos oportuno apresentar uma brevíssima síntese das respectivas histórias administrativas.

Assim:

A Roça Sundy era propriedade da Sociedade Agrícola Sundy, Lda, com sede em Lisboa, empresa privada até à independência. Com esta, veio a nacionalização, a partir da qual se passa a designar Empresa Estatal Agro-Pecuária Sundy.

A Sociedade Agrícola Sundy detinha, na Ilha do Príncipe, as roças: Porta do Sol, São Jorge (Azeitona), Oque Gaspar, Praia Inhame, Paciência, Belo Monte, S. João e Santo Cristo e Santa Rita, para além da principal, que era a Sundy.

Sob o ponto de vista organizacional, a roça era uma estrutura complexa e diversificada, ainda hoje visível através do que resta do seu património edificado e documental. Em lugar de destaque localizava-se a casa principal do administrador, também chamada

casa de passagem, por ser onde se instalavam os muitos visitantes que por ali passavam, os escritórios, a capela, o hospital, a creche, a escola, as residências dos trabalhadores, a cantina, os armazéns, a casa de secagem, as oficinas, os estábulos, os currais, as capoeiras e pelas enormes propriedades agrícolas.

A actividade principal era a agricultura, complementada pela pecuária, pela pesca e pelas atividades industrial e comercial.

Os principais produtos agrícolas de exportação eram o cacau: cacau fino, designado comercialmente por flavour, e o cacau de escolha; o café (arábico e libéria), e ainda a copra ,coco e coconote, mas também a banana, mamão, manga, matabala e mandioca.

Toda esta intensa atividade agrícola, industrial (secagem e preparação do cacau e do café) e comercial eram suportadas por uma enorme mão-de-obra laboral, que se encontram reflectida na documentação tratada, da qual referimos, como amostragem, algumas das séries documentais identificadas, ainda que obviamente incompletas:

- Atas das reuniões da Direção;
- Atas das assembleias de trabalhadores;
- Cadastro das propriedades rústicas;
- Contratos de prestação de serviços;

- Fichas de identificação do gado bovino e respectivas folhas de controle;
- Fichas dos produtos entrados e saídos na farmácia da Roça Sundy;
- Fichas individuais dos trabalhadores;
- Guias de consultas, baixas médicas e outros actos clínicos emitidos pelo Hospital da Roça;
- Guias de exportação de produtos para a Metrópole e para o estrangeiro;
- Manifestos dos produtos produzidos;
- Mapas da Alfândega de S. Tomé e Príncipe, visando os produtos exportados;
- Mapas dos trabalhadores com respectivos salários, categorias profissionais, descontos e local de trabalho;
- Mapas dos pagamentos das contribuições à Segurança Social;
- Relação dos trabalhadores Cabo Verdianos;
- Relatórios e contas anuais.

O trabalho realizado na Sundy, consistiu:

- Retirar a documentação do local onde se encontrava;
  - Proceder a uma primeira avaliação/selecção, a fim de separar a documentação que seria passível de higienização e tratamento, da que teria de ser destruída por se manifestar inviável a sua recuperação;
  - Após essa primeira selecção, procedeu-se à higienização e separação por grandes conjuntos documentais;
- Seguiu-se a análise desses conjuntos documentais, a sua organização por ordem cronológica, na maior parte dos casos, ou pela ordem lógica que a documentação determinava;
- Paralelamente à organização, ia sendo feita a sua descrição e acondicionamento, cujos documentos encheram 210 caixas, que ficaram instaladas provisoriamente nos escritórios da Roça. Sundy, conforme indicação do GRP.

## **Roça Porto Real**

A Roça Porto Real pertencia à Sociedade de Agricultura de S. Tomé e Príncipe, empresa privada com sede em Lisboa. Em S. Tomé, a administração localizava-se na Roça Margarida e no Príncipe na Roça Porto Real.

Esta Sociedade detinha na Ilha do Príncipe, para além da Roça principal, a Porto Real, as roças: Infante D. Henrique, Bela Vista; Abade, Terreiro Velho; Pico, S. José, Monte Alegre, S. Joaquim, S. Carlos, Fundão, Lapa, Esperança e Maria Correia.

A estrutura, organização, serviços e produções são idênticos aos apresentados para a Roça Sundy.

Quanto ao trabalho efetuado utilizou-se a mesma metodologia que na Sundy.

A operação mais complicada, pelo risco associado, foi a recolha da documentação do sótão, tarefa que partilhamos convosco, através de imagens, pois são suficientemente representativas das dificuldades do trabalho:

A documentação recolhida foi transportada para uma sala no Palácio do Governo, onde foi desinfestada, higienizada, identificada, organizada, descrita e acondicionada. Os documentos encheram 30 caixas, que ficaram depositadas nos escritórios da Roça Sundry, junto à documentação daquela Roça.

### **Delegação do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social/Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais (após a independência).**

Esta documentação foi-nos enviada pela Secretaria do Governo para a Educação, Cultura e Assuntos Sociais, em cujo edifício se encontrava, em péssimo estado de conservação e completa desorganização.

O Instituto, criado em 1962, pelo Ministro do Ultramar, tinha como missão estudar, orientar, dirigir e fiscalizar as relações entre trabalhadores e empregadores. Trata-se, pois, de documentação cuja informação cruzada com a informação da documentação das Roças, relativa a questões laborais permite um conhecimento bastante abrangente desta área social. Para demonstrar, esta pequena amostragem:

- Estatutos da Empresa SAC – Sociedade de Agricultura de S. Tomé e Príncipe;
- Livro de Registo de objectos e dinheiro entregue aos trabalhadores;
- Mapas mensais de vencimentos, salários e respectivos descontos dos trabalhadores, das diversas Empresas da Ilha do Príncipe;
- Processos de emigração;
- Processos individuais de trabalhadores;
- Processos de acidentes de trabalho;
- Processos judiciais.

A metodologia de trabalho foi igual à utilizada para a documentação das Roças. As 40 caixas de documentação foram depositadas no Centro Cultural, por se tratar de documentação proveniente da Administração Colonial Portuguesa, portanto com a mesma origem da que ali já se encontrava.

### **Formação em local de trabalho**

Paralelamente ao trabalho desenvolvido foi ministrada formação geral ao grupo e formação específica, fora do local de trabalho, durante os fins-de-semana, a um dos elementos do grupo, que pelo seu interesse e apetência para este trabalho, pelo que o recomendámos como elemento de sustentabilidade para o futuro Arquivo Histórico da Região do Príncipe.

### **Acções Pedagógico/Culturais**

Foram realizadas duas sessões culturais para estudantes do ensino básico e secundário, do 8º ao 11º ano.

A partir dos temas Arquivos e Património Arquivístico, foram abordadas questões tão importantes como Memória, História, Património material edificado e Património imaterial, como a Língua Portuguesa e a sua importância no Mundo, Identidade e Cidadania.

Dos resultados destacamos:

1. Salvar e tratar o que restava dos arquivos das Roças e que se encontrava em vias de completa destruição;
2. A relevância dada à formação em local de trabalho, com uma insistência quotidiana, sobre a importância dos arquivos na vida do cidadão, como fonte de garantia dos seus direitos, nomeadamente do direito ao trabalho, à aposentação, à educação, à saúde, à emigração e outros, com que os funcionários iam tomando contacto através da própria documentação;
3. O contacto com os jovens, com quem estabelecemos diálogos, extremamente interessantes, quer nas sessões culturais, quer em encontros de rua, em que recorrentemente alertávamos para a necessidade de preservar e valorizar o património local, nomeadamente o património ambiental, o património edificado, o património imaterial e o património arquivístico, em relação ao qual se realçou a sua importância, enquanto memória colectiva das gentes do Príncipe, e dos povos que por ali passaram, vindos de outros países de África: de Cabo Verde, de Angola, de Moçambique, mas também de Portugal. O que esse património representa enquanto testemunho histórico das actividades que desenvolveram nas Roças do Príncipe, mas também o que representa das suas vidas pessoais, a sua chegada e desembarque na Ilha, as condições de vida, os acidentes sofridos, os castigos, os casamentos, o nascimento dos filhos, falecimentos, repatriações, salários auferidos, em suma as suas histórias pessoais. Destacámos a importância dos valores culturais, para História local, nomeadamente a História oral, pois a perda desses valores, representa uma ameaça à sua identidade, enquanto Povo.

O nosso balanço aponta para um resultado muito positivo, pela postura como contribuímos para a Cooperação Portuguesa e para o bom relacionamento e amizade entre Povos, que partilham a mesma língua e a mesma História.

Passamos a apresentar algumas das recomendações feitas e cuja concretização representam uma preocupação e um anseio.

Que este Colóquio, aberto ao diálogo interdisciplinar, possa incorporar no seu debate, algumas das recomendações que apresentámos.

## Recomendações

### Edifício para instalar o Arquivo Histórico da Região do Príncipe

Para a **Criação do Arquivo Histórico da Região do Príncipe** impõe-se a conjugação de 2 factores:

1. A existência de documentação tratada e acessível ao público;
2. Um edifício de Arquivo que reúna as condições exigidas para desempenhar com dignidade a missão que lhe compete, a saber:

2.1 Um espaço de depósito, que permita incorporar e preservar os documentos de arquivo;

2.2 Um espaço dedicado ao tratamento arquivístico, tratamento físico e intelectual. Entenda-se como tratamento físico a higienização e o acondicionamento e como tratamento intelectual, a identificação, organização, descrição e elaboração de instrumentos de descrição. Como complemento, a digitalização ou seja a transferência de suporte, como forma de preservar o original e tornar o acesso ao conteúdo do documento, mais fácil e rápido, possível via internet.

2.3 Um espaço público, que compreenderá uma sala de consulta/leitura, onde os cidadãos possam pesquisar, ou solicitar documentos provatórios, para fazer valer os seus direitos. É igualmente recomendável uma sala de exposições, que permita a apresentação de exposições temáticas ou outras, que são um contributo importante para a formação cultural dos cidadãos, particularmente dos jovens.

Relativamente ao 1º factor, a existência de cerca de 1.000 caixas de documentos, que se encontram minimamente tratados, que cobrem um período que vem dos finais do Séc. XIX, todo o Séc. XX, com algumas incursões pelos primeiros anos do Séc. XXI, documentos que testemunham a História da Ilha, sob o ponto de vista económico, social, laboral e cultural, e que pela situação em que foram produzidos, cruza com a História de outros povos e de outros Países da Lusofonia. Esta documentação faz parte integrante do Património Arquivístico Comum e representa a Memória Histórica da Ilha do Príncipe e um dos seus principais pontos de referência e de Identidade.

Relativamente ao 2º factor, a inexistência de um edifício de Arquivo, é uma ameaça, porquanto esta situação leva a que a documentação corra sérios riscos de degradação, pois nenhum dos locais onde se encontra depositada oferece as mínimas condições de preservação.

O Centro Cultural dispõe de ar condicionado, que não funciona, dada a falta de energia na Ilha, e o gerador do próprio Centro, só é ligado em condições muito especiais, devido aos elevados custos e escassez de combustível.



Em consequência, a temperatura e humidades são elevadíssimas, ao que se junta a falta de ventilação da sala, pelo que os documentos continuam a degradar-se.

A documentação das roças depositada por indicação do Governo Regional do Príncipe, no edifício dos escritórios da Roça Sundry, também não tem as mínimas condições de preservação, porque para além da humidade elevadíssima, na ordem dos 100%, se encontra vulnerável a todo o tipo de insectos.

Dando satisfação ao solicitado pelo GRP, registámos dois edifícios que depois das adequadas obras de recuperação, poderão vir a reunir condições excelentes para instalar com dignidade o futuro Arquivo Histórico do Príncipe.

A nossa indicação aponta para 2 edifícios coloniais, pertencentes ao Governo, localizados em zona nobre da Cidade, próximo do Palácio do Governo, da Assembleia Legislativa e de outros serviços públicos, e cuja recuperação, contribuiria simultaneamente para a defesa do que resta do património arquitectónico colonial, e para a recuperação do centro da cidade. A sua localização central é favorável aos futuros utilizadores locais, ou externos que ali se venham a deslocar.

O repto foi lançado e bem acolhido.

Não será que da interdisciplinaridade presente neste Colóquio possa surgir uma proposta de projecto de recuperação de um dos dois edifícios referenciados? Se esta oportunidade surgir, poderão contar com o nosso apoio e colaboração, pois reafirmamos que a falta de um edifício para instalar o Arquivo irá pôr em causa, a curto prazo, não só o trabalho realizado, como também o Património documental existente.

## **Formação**

A formação é uma área extremamente carenciada a precisar urgentemente de apoio: formação específica em arquivo para os que estão ligados ao projecto, mas também para outros, desde que demonstrem interesse, pois a capacitação de recursos humanos é fundamental num País onde se verifica grande défice de recursos qualificados.

## **O Arquivo Histórico Nacional de S. Tomé**

No regresso do Príncipe, permanecemos uma semana na Ilha de S. Tomé, durante a qual tivemos várias sessões de trabalho, com a Directora do Arquivo Histórico Nacional. Do contacto com o Arquivo destaca-se:

1. O Arquivo, encontra-se completamente lotado, sem capacidade para efectuar incorporações; da documentação que ali se encontra destacamos especialmente a dos fundos documentais provenientes das instituições da Administração Colonial, e a das Roças. A documentação das Roças, foi sendo incorporada à medida que estas iam sendo desactivadas. Registe-se que a grande maioria (mais de 80%) da documentação ainda se encontra fechada nos embrulhos, tal

como foi incorporada;

2. As condições ambientais do edifício são deficientes: excesso de humidade, falta de arejamento, porque o ar condicionado não funciona, condições adversas à preservação da documentação;

3. Falta de formação dos funcionários.

Nenhum dos funcionários tem formação em arquivo, pelo que se trata de uma área extremamente carenciada, situação que tem sido recorrentemente apresentada pela Directora, solicitando a realização de cursos de formação de técnicos de arquivo, não só para o próprio Arquivo Histórico, mas também para as diferentes instituições governativas, por forma a criar uma cultura de arquivo, que não existe.

### **Sintetizando:**

Em S. Tomé, verifica-se a existência de um Arquivo Histórico, repleto de um rico Património Arquivístico, inexplorado, e quase desconhecido, a necessitar urgentemente de tratamento, que facilite o acesso ao seu conteúdo informativo.

No Príncipe, a falta de um edifício de Arquivo representa uma ameaça à criação do futuro Arquivo Histórico da Região porque contribui para a degradação do Património existente.

A falta de formação técnica representa uma ameaça para todo o Património documental, quer em S. Tomé, quer no Príncipe, cuja perda, representa a perda da sua Memória Histórica, pondo em causa a sua Identidade enquanto Povo.

Contribui igualmente para a falta de transparência governativa, e de cidadania, na medida em que limita ao cidadão o acesso à informação a que tem direito.

Para terminar, lembramos uma das resoluções aprovadas na 36ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em Novembro de 2011, em Paris, - *Ajudar os Estados membros a promover a autonomia dos cidadãos no acesso universal ao conhecimento, à preservação da informação e à promoção do património documental.*

E, porque acreditamos que é possível congregarmos esforços, conhecimentos, ideias, partilhámos a nossa experiência, e as nossas apreensões contando com o apoio de todos. Contem connosco.

## Fotografias da Missão: Apoio à Criação do Arquivo Histórico da Região do Príncipe



